

**Prefeitura do Município de Araucária**

Secretaria Municipal de Governo

Ofício Externo nº 853/2018 - NAF

Araucária, 08 de novembro de 2018.

Ao Senhor  
BEN HUR CUSTÓDIO DE OLIVEIRA  
DD. Presidente da Câmara Municipal de Araucária  
Rua Ir. Elizabete Werka, 55 - Jd. Petrópolis - Faz. Velha  
Araucária-PR.

Assunto: **veto ao PL nº 113/2018**


Senhor Presidente,

Vimos pelo presente encaminhar a essa Casa Legislativa o VETO PARCIAL ao Projeto de Lei nº 113/2018, de autoria parlamentar, o qual "dispõe sobre a implantação do processo de separação do material reciclável e orgânico em condomínio residencial e comercial na cidade de Araucária".

Sendo o que se apresenta para o momento, subscrevemo-nos.

Atenciosamente,

  
GENILDO PEREIRA CARVALHO  
Secretário Municipal de Governo

PROTOCOLO Nº 6691/2018  
EM: 08/11/2018  
FUNCIONÁRIO: 

41 3614-1691

Rua Pedro Druszcz, 111 - CEP 83702-080 - Centro - Araucária / PR



**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 018134/2018**

**ASSUNTO:** Projeto de Lei nº113/2018 que “Dispõe sobre a implantação do processo de separação do material reciclável e orgânico em condomínio residencial e comercial na cidade de Araucária e dá outras providências.”

**DELIBERAÇÃO DO PODER EXECUTIVO:  
VETO PARCIAL AO PROJETO DE LEI Nº 113/2018**

Senhor Presidente,

Cumprimentando-o, cordialmente, acuso o recebimento do Ofício nº 219/2018-PRES/DPL, referente ao Projeto de Lei nº 113/2018, de autoria parlamentar, aprovado pelo Legislativo nas sessões realizadas nos dias 09 e 16 de outubro de 2018, que dispõe sobre a implantação do processo de separação do material reciclável e orgânico em condomínio residencial e comercial na cidade de Araucária e dá outras providências.

Entretanto, manifesto pelo VETO PARCIAL ao referido Projeto, pelas razões adiante expostas.

**RAZÕES DO VETO**

Analisando o Projeto de Lei nº 113/2018, verifica-se que a matéria inserida no art. 4º, parágrafo único e incisos I, II e III, está no rol de competências privativas do Chefe do Poder Executivo:

**Art. 4º.** *O não cumprimento das disposições estabelecidas na presente Lei é de responsabilidade exclusiva dos síndicos dos condomínios residenciais e comerciais.*

**Parágrafo único.** *Havendo desobediência do disposto estabelecido na presente Lei aplicar-se-ão as seguintes penalidades:*

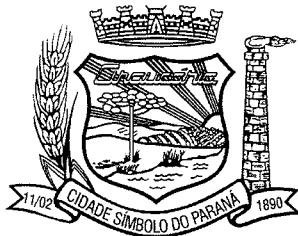
*I – advertência, na primeira ocorrência;*

*II – a multa para quem não separar pode variar entre R\$ 50,00 e R\$ 500,00, que será direcionada ao condomínio;*

*III – multa equivalente ao dobro do valor da anterior, em segunda reincidência.*

O art. 4º, parágrafo único e incisos I, II e III, cria atribuição à Administração Pública, na medida em que prevê a aplicação de penalidades pelo descumprimento das medidas estabelecidas no Projeto.

Assim, caberia à Secretaria competente realizar a fiscalização, notificação, aplicação da penalidade e cobrança, sendo competência privativa do Chefe do Executivo a atribuição destas competências, por ser matéria ligada diretamente à gestão administrativa. Portanto, o art. 4º do Projeto viola o princípio da independência e harmonia entre os poderes, previsto no art. 2º da Constituição da República.



## Prefeitura do Município de Araucária

Gabinete do Prefeito

Desta feita, constata-se que o art. 4º, parágrafo único e incisos do Projeto de Lei criam atribuição ao Executivo, o que é vedado, nos termos do art. 41, V, da LOMA, *in verbis*:

*Art. 41. Compete privativamente ao Prefeito a iniciativa de Projetos de Lei que:  
(...)*

*V - criem e estruturem as atribuições e entidades da administração pública, direta e indireta.*

Desta forma, verifica-se o vício de iniciativa formal e contrariedade ao princípio da separação dos poderes (art. 2º da Constituição Federal) apenas no art. 4º, parágrafo e incisos, pois o art. 41, V, da LOMA confere competência privativa ao Executivo para dispor sobre as atribuições da administração pública.

Cumprе destacar que o entendimento consolidado do Supremo Tribunal Federal é no sentido de que “padece de inconstitucionalidade formal a lei resultante de iniciativa parlamentar que disponha sobre atribuições à administração pública, matéria afeta ao Chefe do Poder Executivo<sup>1</sup>”

Pelo exposto, considerando que ao Poder Legislativo não é dado ingerir na gestão administrativa do Poder Executivo, sob pena de violação ao princípio da independência e harmonia dos poderes elencado no art. 2º da Constituição da República, e art. 4º da LOMA, veto parcialmente o Projeto de Lei nº 113/2018, no tocante ao art. 4º, parágrafo único e incisos I, II e III com fulcro no art. 45, §1º, “a”, da LOMA.

### DECISÃO

Pelas razões expostas, VETO PARCIALMENTE, o Projeto de Lei nº 113/2018, no tocante ao art. 4º, parágrafo único e incisos I, II e III.

Encaminhem-se as presentes razões à Câmara Municipal, em 48 (quarenta e oito) horas, nos termos do art. 45, § 1º, da Lei Orgânica de Araucária.

Araucária, 07 de novembro de 2018

**HISSAM HUSSEIN DEHAINI**  
Prefeito de Araucária

<sup>1</sup>(STF – AgR ARE: 76450 RJ, Relator: Min. ROSA WEBER, Data de Julgamento: 01/12/2015, Primeira Turma, Data de Publicação: DJe-255 18-12-2015).



**Prefeitura do Município de Araucária**

Procuradoria Geral do Município

**LEI MUNICIPAL Nº \_\_\_\_\_/2018**

*“Dispõe sobre a implantação do processo de separação do material reciclável e orgânico em condomínio residencial e comercial na cidade de Araucária e dá outras providências”.*

**A CÂMARA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA**, Estado do Paraná, aprovou, e eu, Prefeito, sanciono a seguinte Lei:

**Art. 1º.** Ficam os condomínios residenciais e comerciais localizados na cidade de Araucária obrigados a implantar processo de separação do material reciclável e orgânico.

**Art. 2º.** Para o cumprimento do disposto no Art. 1º, os condomínios residenciais e comerciais deverão acondicionar separadamente os seguintes resíduos produzidos em suas dependências: papel, plástico, metal, vidro, material orgânico e outros resíduos gerais não recicláveis.

**§ 1º.** Os resíduos referidos neste artigo deverão ser acondicionados em lixeiras com cores diversificadas, colocadas lado a lado, em locais de fácil acesso e visualização.

**§ 2º.** Junto a cada conjunto de lixeiras deverá existir uma placa explicativa sobre seu uso e significado de suas cores, instalada em local de fácil acesso, inclusive com identificações claras e códigos linguísticos apropriados aos deficientes visuais.

**Art. 3º.** O síndico deverá promover campanha de divulgação da separação do material reciclável e orgânico, nos condomínios.

**Parágrafo único.** As reuniões com os condôminos deverão ser através de palestras com vídeos, cartazes e circulares, sobre a diferença do lixo comum e do reciclável, realizando um trabalho de conscientização sobre a importância da separação dos dois tipos de resíduos, que serão encaminhados para seus destinos corretos.

**Art. 4º.** (VETADO)

**Art. 5º.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Araucária, \_\_\_\_\_ de novembro de 2018

**HISSAM HUSSEIN DEHAINI**  
Prefeito de Araucária